

CAPÍTULO 10

MEMÓRIA AMBIENTAL DAS ÁGUAS URBANAS NA BACIA DO UNA, EM BELÉM (PA)

Pedro Paulo Soares

Introdução

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, possui 1,432,884 habitantes, distribuídos em uma área de 1,247,690 km², sendo uma das maiores cidades do Norte do Brasil. Localizada na faixa da linha do Equador, Belém tem clima tropical em que, durante o ano, há apenas uma estação seca e outra bastante chuvosa. A água dessas chuvas é drenada pelas 14 bacias hidrográficas que recortam a Região Metropolitana de Belém. A maior dessas bacias é do Una, onde habitam aproximadamente 400.000 pessoas e que ocupa mais da metade do sítio urbano de Belém. Dentro de uma área de 36,64 km², 19% de seus territórios são compostos por áreas alagáveis e sujeitas à influência das marés. Este trabalho trata das relações entre a cidade de Belém (PA) e suas águas, por meio das experiências de moradores com o saneamento ambiental na bacia hidrográfica do Una¹⁴².

Neste artigo, a cidade é pensada a partir da comunidade interpretativa da Ecologia Política (Robbins, 2015) e da Ecologia Política Urbana (Heynen, 2013; Kaika, 2005; Swyngedouw, 2009) cuja abordagem é focada na produção contínua de ambientes construídos – uma sacionatureza – pela interação entre humanos e não-humanos, no caso presente, a água. Esses processos de metabolização da natureza para produzir a cidade são, no entanto, tensionados por relações de poder que resultam em desigualdades no acesso ao saneamento ambiental, à moradia digna e à saúde pública. Ao mesmo tempo, também são distribuídos socialmente os riscos e os impactos ambientais, sociais e econômicos dos processos de urbanização, como as inundações, a falta de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, além do contato com o lixo e com a poluição.

142 Os dados presentes neste artigo fazem parte da pesquisa que deu origem à tese de doutoramento intitulada “Memória ambiental na Bacia do Una: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)” (Soares, 2016).

A cidade das águas – subterrâneas, canalizadas, poluídas, violentas – é uma cidade de fluxos, isto é, dos processos socioecológicos corporificados na vida urbana (Swyngedouw, 2009). Esses fluxos são capazes de contar muitas histórias sobre a cidade, seja sobre a trajetória de seus habitantes, seja sobre a criação de arranjos entre cidade e água ao longo do tempo. Esses arranjos são percebidos no cotidiano dos migrantes pobres que deslocaram para Belém e criaram estratégias para viver em terrenos alagadiços ou inundáveis. Porém, também se manifestam na forma de projetos de urbanização e de controle do elemento hídrico conduzidos pelo Estado, como ocorreu na bacia do Una e será discutido no decorrer do artigo.



Figura 1. A bacia do Una em Belém (Elaboração de Luã Gustavo das Neves).

O percurso pelos temas das transformações urbanas e da relação entre cidade e natureza conduz à categoria de memória ambiental. Este elemento teórico-conceitual encontra-se nos trabalhos de Rafael Devos (2007; 2008) e Devos et al. (2010), assim como no material disponi-

bilizado na plataforma eletrônica do Projeto Habitantes do Arroio¹⁴³. A primeira forma de conceber o que é memória ambiental dá-se a partir das reflexões clássicas de Maurice Halbwachs (2006) sobre a memória coletiva. De inspiração durkheimiana, a ênfase dessa análise destaca o aspecto coletivo das lembranças que são localizadas e reconhecidas conforme a sua organização em quadros sociais da memória (Halbwachs, 1925).

Para Halbwachs (1925; 2006) a memória seria “enquadrada” por uma instituição social específica em que ocorre a transmissão de valores e conhecimentos como, por exemplo, a família, a escola ou o grupo religioso. O “quadro ambiental” seria, então, mais um dos quadros sociais da memória, sobretudo no atual contexto de progressiva institucionalização das relações entre cidade e natureza que caracteriza as formas modernas de planejamento e gestão das cidades. De acordo com a definição de Devos (2008, p. 64),

[...] tal memória ambiental é pensada enquanto um ‘quadro social’ contemporâneo da memória da cidade, nos termos de Halbwachs, e principalmente como parte de um processo de ambientalização da forma como os habitantes passam a compreender as transformações na paisagem urbana e nos estilos e condições de vida das populações que ensaiam pertencimentos diferenciados aos territórios da cidade.

A segunda perspectiva sobre memória ambiental seria aquela que propõe o exame de um processo característico da modernidade chamado de “ambientalização” dos conflitos sociais. José Sérgio Leite Lopes (2006, p. 34) define “ambientalização” como um fenômeno de importância análoga a outros processos como os de industrialização ou de proletarianização que estiveram em evidência no século XIX e início do século XX. A “ambientalização” pode ser entendida como a transformação das condutas relativas ao meio ambiente que vêm ocorrendo no Estado e em mentalidades, pelo menos, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972 (Leite Lopes, 2006, p. 34). O processo apontado pelo autor diz respeito à utilização cada vez mais recorrente da questão am-

143 O projeto intitulado “Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas” – coordenado pela antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha – é responsável por uma série de pesquisas sobre conflitos relacionados à utilização dos recursos hídricos urbanos de Porto Alegre. O material obtido no referido projeto de pesquisa encontra-se no Blog Habitantes do Arroio, disponível em: <<http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/>>.

biental como fonte legitimadora na argumentação de conflitos, o que incorre em uma re-politização do termo “meio ambiente”. No entanto, a “ambientalização” também se reflete na subjetivação individual das normas referentes aos cuidados com este ambiente.

Esta transformação das subjetividades em relação à questão ambiental marca a forma como os sujeitos reconstróem o passado, tendo como base um presente ambientalizado, principalmente quando estão imersos em um contexto de crise ambiental. A memória dos rios e igarapés¹⁴⁴ de Belém sendo utilizados por seus habitantes para pesca e banho, por exemplo, tende a aflorar na atual conjuntura em que as águas dos canais transbordam, levando de volta às suas margens o lixo e o esgoto sanitário que é irregularmente despejado nesses cursos d’água. Logo, observa-se a ambientalização das memórias afetivas de coletivos humanos sobre seus espaços de pertencimento, lazer e moradia.

A terceira forma de conceber a memória ambiental liga-se à compreensão de Gilbert Durand (2002) acerca da dimensão antropológica¹⁴⁵ da vida, a partir da imersão no domínio ontológico do imaginário. A perspectiva de Durand (2002) aponta para a dimensão transcendental da relação entre homem e ambiente, que resulta na produção de símbolos que compõem o grande repositório de imagens e conjunto de imagens da humanidade chamado de imaginário.

Em Durand (2002), a bipartição entre o homem e o ambiente não coincide com a distinção clássica da tradição antropológica culturalista que associa humanidade à cultura, e natureza aos demais elementos do cosmos que estariam em afinidade ou em oposição ao homem (Descola, 2003). Durand (2002), ao contrário, apresenta o homem-indivíduo como ser natural, na medida em que este é visto como o *locus* de imperativos biopsíquicos como gestos pulsionais¹⁴⁶ e

144 A noção de igarapé é comum na Amazônia, referindo-se a um curso d’água de proporções variáveis, que pode indicar a existência de um córrego ou de um pequeno rio que banha certa região, com extensão bastante diversa.

145 O termo “antropológico” é empregado no sentido de ser um estudo sobre o homem enquanto espécie biológica e como ser simbólico.

146 Termo que Durand encontra na obra de Gaston Bachelard, os gestos pulsionais são “os gestos principais do animal humano em direção ao seu meio natural, prolongado diretamente pelas instituições primitivas, tanto tecnológicas como sociais do homo faber”, constituindo-se como “os eixos das intenções fundamentais da imaginação” (Durand, 2002, p. 41). A imaginação de um movimento – o gesto – supõe a imaginação de uma matéria correspondente (Durand, 2002, p. 42), o que implica a gênese recíproca entre gesto e ambiente. As constelações de imagens organizam-se em torno de imagens de gestos como, por exemplo, o gesto ascensional ou o gesto rítmico.

dominantes reflexas¹⁴⁷, característicos do humano enquanto espécie. O ambiente, por sua vez, é considerado por Durand (2002, p. 51) como ambiente técnico-cultural ou ambiente tecnológico humano, concepção que é emprestada de André Leroi-Gourhan (1987).

É na confluência dos gestos pulsionais com o ambiente técnico, transformado por estes gestos, que emergem as imagens simbólicas que orientam a existência humana no mundo. A partir das reflexões de Durand (2002), a memória ambiental pode ser entendida como a memória humana por excelência, ao remeter aos processos pelos quais o ser humano se constitui concomitantemente como espécie biológica e como ser simbólico. Esses processos não poderiam ser encadeados sem uma relação de troca de estímulos e transformação mútua entre homem e ambiente.

Assim, a memória ambiental em uma perspectiva durandiana aponta para a constituição dos símbolos e imagens referentes à experiência humana de relações diádicas com um meio que é, ao mesmo tempo, objeto da ação humana e agente sobre o corpo e o espírito do homem. Neste trabalho, a memória ambiental é composta pelas imagens que remetem ao contato entre a população de Belém e as águas da cidade. Entre essas imagens-símbolo estão fotos de época, imagens de jornal, fotografias tiradas pelos próprios moradores da bacia do Uma, ou mesmo as imagens produzidas em campo pelo pesquisador. Neste imaginário sobre a Belém e a bacia do Una, também se encontram imagens textuais nas narrativas de viajantes e literatos, bem como as imagens veiculadas nos relatos dos habitantes da cidade. No imaginário durandiano, estas narrativas expressam as rítmicas de conquistas e de ruínas dos territórios-mitos que variam nos seus conteúdos, mas que se repetem em suas formas e estruturas ao longo do tempo.

O artigo está organizado da seguinte forma: além desta introdução e das considerações finais, a primeira seção apresenta uma reflexão sobre a relação de Belém com suas águas e sua imaginação por literatos, viajantes, planejadores e acadêmicos. O itinerário pelas imagens da cidade e suas águas é uma “arqueologia da paisagem” (Devos, 2008, p. 87) que

147 Para Durand, os principais gestos humanos são classificados de acordo com a reflexologia do século XIX, realizada por Vladimir Betcherev a partir da observação do comportamento de recém-nascidos. Durand trabalha com a noção de “dominantes reflexas”, isto é, “os mais primitivos conjuntos sensoriais- motores que constituem os sistemas de ‘acomodações’ mais originários na ontogênese e nos processos de assimilação constitutivos do simbolismo” (Durand, 2002, p. 47). As três principais dominantes reflexas seriam a dominante de posição, a de nutrição e a copulativa.

evoca práticas e discursos sobre a relação entre cidade e água, articulados por de imagens e ideologias que estão constantemente ressurgindo nos projetos e devaneios urbanos sobre Belém. Esse processo culmina com a execução de um projeto de urbanização em larga escala ocorrido em na bacia do Una na virada do século, tema da sessão seguinte. Adiante, apresento a bacia do Una transformada e – na medida do possível – urbanizada, mostrando as contradições presentes nesse espaço. Os personagens indicados narram os gestos de fundação do território e evidenciam a sua relação com o lugar de moradia. Também, em alguns casos, os sujeitos da pesquisa apresentam níveis diferentes de interação com o Estado, na medida em que a memória ambiental nesses lugares é, em parte, mediada por políticas públicas relativas à água. As experiências de seus habitantes revelam a bacia do Una não como um bloco monolítico que foi alvo de projetos tecnocráticos, mas como espaço vivido e territorialmente plural.

Flor das águas

Durante vários meses eu costumava visitar esse distrito, dois ou três dias por semana, e nunca deixei de obter alguma espécie de ave, réptil ou inseto novo para mim. Parecia ser um epítome de tudo o que as porções úmidas das matas do Pará podiam produzir. Esta infinita diversidade, o frescor do ar, as formas estranhas e variadas de vegetação, a ausência completa de mosquitos e outros sevandijas, e mesmo o silêncio e semiobscuridade solenes se combinavam para tornar meus passeios por aí sempre agradáveis e proveitosos. Tais sítios são paraísos para um naturalista, e, se é um contemplativo, não há situação mais favorável para abandonar-se a esse pendor. (Bates, 1944, p. 83-84).

O trecho acima narra os passeios do célebre naturalista Henry Walter Bates pelas margens do rio Una, em Belém, no século XIX. O inglês apreciava visitar os “arrabaldes” da cidade, sobretudo as propriedades das margens do rio Una como olarias e fazendas de gado cujos proprietários eram, em sua maioria, europeus. Misto de viajante e homem de ciência, Bates não só caminhou pelas florestas da bacia do Una, como também navegou por seus igarapés. Aquela selva era seu lugar favorito, “um paraíso”, em suas palavras.



Figura 2. Olaria Una (Vasquez, 1995)

O status de paraíso, no entanto, não durou muito tempo. Nos séculos XIX e XX, o ímpeto modernizador – ou o que Maria Kaika (2005) chamou de “projeto prometeico da modernidade”¹⁴⁸ – atingiu os cursos d’água de Belém e de diversas cidades dos trópicos brasileiros. Este projeto implicava uma determinada (est)ética em relação às águas que percorriam o interior das cidades. Porém, a adoção de um modelo de urbanização e de políticas públicas relativas aos rios urbanos não se deu sem dilemas, como escreveram Valle e Oliveira (2003, p.158) sobre a Manaus do século XIX:

Os caminhos dos igarapés eram também os caminhos das novas ruas. O desafio da engenharia europeia contra a natureza, diante da decisão da escolha de um modelo de urbanização: construir Veneza ou Paris nos trópicos? Decide-se traçar linhas retas, aplinar-se, superar obstáculos. Trazer para a floresta os boulevards parisienses era o maior desafio.

Valle e Oliveira (2003) expressam que, em Manaus, houve a adesão a um modelo parisiense, o que não ocorreu de modo diferente em

¹⁴⁸ Trata-se do processo histórico e geográfico que começa com a industrialização das sociedades e com sua urbanização, que implica a imposição da racionalidade industrial sobre o ambiente. Em outras palavras, o projeto prometeico da modernidade é animado pela crença de que é possível dominar a natureza a por meio da tecnologia, do trabalho e do investimento de capital (Kaika, 2005).

Belém. Assim como em Manaus, igarapés foram aterrados e pântanos foram ensecados. A água era pensada como acidente, obstáculo. Esse projeto civilizacional também se reproduziu em cidades como Porto Alegre, que possui grandes áreas aterradas, inclusive um bairro inteiro construído em aterro que avança sobre o lago Guaíba. Além disso, a capital do Sul meridional também desviou e canalizou seu principal o curso d'água, o arroio Dilúvio (Devos, 2008). A experiência de Porto Alegre, mesmo acontecendo na década de 1940, pode ser compreendida como a manifestação tardia de um ideário haussmanniano¹⁴⁹. Tratou-se, antes de tudo, de um modelo de urbanização que retificou parte do traçado urbano e criou grandes avenidas para a circulação na cidade. No entanto, essas medidas também significaram um processo autoritário de higienização social, que resultou no remanejamento de populações pobres e negras que moravam próximas ao centro para bairros distantes (Devos, 2008, p. 77).

Em Belém, a construção da antinomia entre água e cidade aparece em uma passagem do poeta Augusto Meira Filho, em uma coleção de ensaios publicada em 1973:

Quatro pétalas se estendendo do eixo da matriz pelas terras pardas dos barrancos, dilatando, expandindo seus próprios rumos, vencendo baixadas, matas e pirizais, transformando os fundamentos do presépio no mais opulento centro de cultura e progresso da Amazônia Brasileira (Meira Filho, 1973, p. 44).

As ruas, enquanto “pétalas”, indicavam que a cidade era uma flor. Saída das águas, a flor agora via nesse elemento o seu antagonista. A vocação de “opulência” e “progresso” só seria realizada “vencendo baixadas, matas e pirizais”, ou seja, conquistando a cidade de suas águas. As ideologias de disciplinamento da água passariam por diversos renascimentos ao longo da história de Belém, permanecendo no repertório de técnicos e gestores até os dias de hoje. Este processo de redundância de ideias estaria, porém, sempre calcado no mito prometeico do progresso e do triunfo da racionalidade técnica aplicada a uma natureza vista como caótica (Kaika, 2005).

¹⁴⁹ Georges-Eugène Haussman administrou em Paris a partir de 1853, criando um conjunto de reformas urbanísticas e sanitárias pensadas como solução para problemas sociais e econômicos do regime de Napoleão Bonaparte. Na prática, isso se refletiu na expulsão das camadas populares do centro da cidade e na adoção de uma estética urbana caracterizada pelo vazio e pela monumentalidade (Harvey, 2012).

No entanto, muitas vezes a impossibilidade de domesticação técnica dos rios e de sua incorporação à vida social na cidade implicou a desvalorização dos cursos d'água e de suas margens. Antônio Penteado (1968), em seu “Estudo de Geografia Urbana”, relata que, na década de 60, a região que compreende a Avenida Senador Lemos – então chamada de Estrada da Sacramento – começou a receber a indústria e, consequentemente, moradores. As margens do rio Una e de seus tributários mais próximos atraíram fábricas de papel, óleos vegetais, parafusos, embalagens e sabão. Penteado explica a preferência de empresas por se instalarem naquelas imediações da bacia do Una:

[...] água em abundância, e baixos cursos de igarapés, que podem encaminhar às águas de Guajará os possíveis resíduos industriais; possibilidade de acesso das matérias-primas pela baía de Guajará, já que muitas indústrias poderão ter seus respectivos trapiches de desembarque (Penteado, 1968, p. 370).

O “local predileto” de Bates, no século XIX, agora aparecia como um misto de bairro popular e tímido núcleo industrial onde cresciam as ocupações populares às margens de seus igarapés. Os moradores mais antigos dos bairros do Telégrafo, Sacramento e Barreiro são capazes de evocar imagens catastróficas dos rios e igarapés da bacia do Una, convertidos em local de escoamento de dejetos industriais. É o caso de Dona Barroso, moradora da comunidade Nova Aliança, no bairro da Sacramento, uma senhora de 81 anos (em 2013) cujo pai trabalhava pescando peixe e camarão nos igarapés. Ela conta:

Tu sabe o que fez essa sujeira? De não prestar mais essa água aí desses tempos pra cá? Foi a Facepa¹⁵⁰. Quando ela abriu as comportas com aqueles venenos todos, aí não prestou mais. Era uma fedentina, uma fedentina. Eu queria que tu visse o estrago de tanto peixe. De tanto peixe que morreu nesse igarapé. A gente ia pra pegar com paneiro, eles tavam rodando, aqueles traíra assim grande, Jeju. Tudo peixe do Igarapé, do rio. A gente pegava, abria ele, já tava podre. Eles vinham e já tavam podres, com a força daquele veneno da Facepa. Aí, quem que ia comer? Ninguém. Acho que nem urubu comia, porque tava envenenado.

150 Fábrica de Papel da Amazônia S.A.

A bacia do Una sentia os efeitos da inserção da Amazônia na divisão regional do trabalho no Brasil e a consolidação da região como uma fronteira econômica após a década de 50. Como assinala Penteadó (1968), a instalação de fábricas na região dava-se a partir de investimentos oriundos de outras regiões do país e era parte de um plano de desenvolvimento nacional. Em nome de uma ideia de progresso, os mitos desenvolvimentistas de época consideraram conveniente a poluição dos rios de Belém, um processo que se tornou irreversível nas décadas seguintes.

À poluição industrial, seguiu-se a poluição por esgotamento sanitário, reflexo da ausência de políticas de saneamento básico e de habitação de interesse social. A partir da década de 60, observa-se também o adensamento populacional de terrenos alagáveis e das encostas de igarapés por migrantes pobres vindos, em sua maior parte, do interior do estado e sem acesso ao mercado formal de terras na capital. Nessas áreas, os moradores organizaram-se conforme suas lógicas próprias, em um intrincado sistema de casas, ruas e pontes construídas sobre a água. Periodicamente as casas eram inundadas pelas marés ou pelas chuvas.

Essas formas de habitação popular, conhecidas como “baixadas”, tornaram-se a expressão daquilo que o pensamento racionalista e tecnocrático caracterizaria como desordem. As “formas informes” (Rocha, 2003, p. 3) das baixadas – e a dificuldade de refletir sobre elas – fizeram das baixadas uma evidência do fracasso do projeto modernizador europeu para o novo mundo. Conquistar a cidade das águas parecia uma realização cada vez mais distante e dispendiosa, na medida em que agora implicava intervir em baixadas vistas como populosas, caóticas, disformes e que distorceram o racionalismo presente nas formulações de uma cidade retificada e livre de suas águas.

“A obra que está mudando Belém”

O Projeto Una¹⁵¹ foi a tentativa mais ambiciosa de intervenção urbanística nas baixadas de Belém para resolver problemas habitacionais e de saneamento, o que implicou a reprodução de estratégias de supressão na natureza a partir do controle e domesticação das águas urbanas. Cer-

¹⁵¹ Também chamado de Projeto de Drenagem, Vias, Esgoto e Água das Zonas Baixas de Belém, Projeto de Macro-drenagem da bacia do Una ou, simplesmente, PMU.

tamente não foi a primeira obra de macrodrenagem ocorrida na capital. Desde a década de 1960, o antigo DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) já executava obras pontuais de canalização de cursos d'água em Belém, com destaque para o canal da Avenida Tamandaré (entre 1962 e 1967), o resquício de um antigo pântano denominado Piry, e para a avenida Visconde de Souza Franco (entre 1968 e 1973), onde antes existia o igarapé Das Armas/Almas¹⁵² (Trindade Júnior, 1997).

O Projeto Una tampouco foi a primeira intervenção na bacia do Una. No final da década de 1970, uma parte do igarapé São Joaquim foi retificada, e seus moradores foram reassentados em um conjunto habitacional, no que se convencionou chamar de experiência piloto do Projeto Una (Abelém, 2018). O Projeto Una, no entanto, foi a primeira experiência de macrodrenagem executada sobre o território de uma Bacia Hidrográfica (36,64 ha) e também a primeira grande obra realizada em Belém com financiamento de uma instituição financeira multilateral, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O total de investimentos no projeto foi de US\$ 312.437.727 (Pará, 2006). Executada entre 1993 e 2004, a macrodrenagem da bacia do Una ainda é a maior expressão institucional da memória ambiental das águas em Belém.

Os documentos da época davam destaque à magnitude das obras, como aparece abaixo, em um relatório da Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) que caracterizava o projeto antes de sua execução:

O Projeto foi concebido com o objetivo de marcar o início de uma grande transformação a ser procedida nas Baixadas do Una, com reflexos na Cidade de Belém como um todo. Assim sendo, serão implementadas através dos Projetos, obras de retificação dos igarapés e revestimento de suas margens; obras de microdrenagem com a execução de sarjetas, caixas captadoras de águas pluviais, redes coletoras e demais dispositivos; obras de implantação de sistema viário compatível e equipamentos comunitários importantes e necessários, além de outras.

¹⁵² A denominação faz referência à presença de um posto militar nas imediações do igarapé, mas também evoca a Revolução dos Cabanos, ocorrida entre 1835 e 1837. O nome igarapé das “armas” indica que os revolucionários escondiam suas armas nas margens do córrego. Depois de mortos, seus espíritos eram vistos vagando pelas margens do igarapé, que também passou a ser chamado “das almas” (Trindade Júnior, 1997).

Complementarmente, será realizado um amplo programa de educação comunitária, sanitária e ambiental, no sentido de dotar as populações de conhecimento e instrumentos capazes de manter os benefícios conquistados, preservando o meio ambiente e assegurando a conquista de uma melhoria de suas condições de vida, meta tão ansiosamente desejada. (Feitosa, 1994, p. 247).

Em relação às intervenções nos cursos d'água, um relatório do Governo do Estado publicado em 2006 contabilizou que o projeto trabalhou em 24,9 km de canais e construiu 1,8 km de galerias subterrâneas (Pará, 2006). A Macrodrenagem da bacia do Una ainda foi completada pela instalação de comportas na foz dos canais do Una e do Jacaré, de modo a evitar a livre entrada das águas da baía do Guajará no interior da cidade e, assim, evitar inundações (Pará, 2006). A partir de então, antigos igarapés se tornaram canais de drenagem; seus fluxos em direção à baía do Guajará foram bloqueados, e uma bacia hidrográfica foi transformada em um sistema técnico para o acúmulo de águas pluviais e de esgoto.



Figura 3. Projeto Una (Informativo, 1999).

O Projeto Una representa um ponto nodal na memória ambiental da bacia do Una, pois foi uma política pública que alterou substancialmente a paisagem urbana e os modos de vida de seus habitantes, sobre-

tudo no que diz respeito à relação com a água. Ao mesmo tempo, o projeto é apenas a expressão, em um determinado momento cultural, deste longo trajeto antropológico (Durand, 1996) de fundação, conquista e domesticação da natureza em Belém. Ele evoca o esforço constante de refundar a cidade desejada, uma cidade capaz de realizar sua vocação para a grandeza por meio da aplicação da técnica e da racionalidade progressista sobre a natureza amazônica. Tamanho investimento de capital e trabalho seria capaz de suprimir a natureza e criar um espaço homogêneo? Seria possível livrar Belém da imaginação urbana de venezas tropicais, paraísos perdidos e águas destruidoras?

Bacia do Una: um mosaico de territórios e experiências

Seu Zeca, seu Evandro e a Passagem São Benedito

Em um domingo do mês de fevereiro de 2013, uma amiga me levou para conhecer seus vizinhos na passagem São Benedito, bairro da Sacramenta. A São Benedito abriga uma grande feira que se estende até as margens do canal São Joaquim. Este canal, um dia, já foi chamado de Igarapé, um dos principais afluentes do igarapé do Una. Antes do PMU, entre as décadas de 1970 e 1980, um trecho do igarapé São Joaquim já havia sido alargado e transformado em canal para drenar a água da região, o que se chamou, na época, de experiência piloto do Projeto Una (Abelém, 2018). Hoje em dia, o Canal São Joaquim é o maior canal de Belém, estendendo-se por aproximadamente 9 quilômetros até os limites da cidade com sua Região Metropolitana¹⁵³.

Em meio à feira há uma entrada. A viela estreita, pavimentada com blocos hexagonais, chama-se Passagem Santos. É lá que moram as famílias de seu Zeca e seu Evandro. Entramos na casa de Zeca, e me sentei no confortável sofá de sua casa. Imediatamente ele começou a falar sobre o local onde mora:

Hoje em dia, você procura um pedacinho pra morar aqui e não tem. Mais quem quer por causa da localidade! E como era antigamente e como tá hoje. Aqui você encontra qualquer coisa,

153 “Localizado entre os bairros do Barreiro, Sacramenta e Telégrafo, o canal São Joaquim destaca-se por ser o maior canal urbano de Belém, possuindo 8,96 Km de extensão e uma área total de 31,28 Km” (Belém, 2013).

farmácia. Aí então, hoje em dia, você abre sua porta e você encontra aí, sabe? Dá pra pegar ônibus daqui pra Icoaraci, daqui pra Marituba, pra todas essas localidades. Pra todo lugar que você quer transporte, tá saindo. E antigamente, não. Daqui pra pegar um ônibus, você tinha que ir lá pra Senador Lemos, passando essa pista que passava o trilho, não era? O trilho do trem, pra ir lá pra Senador Lemos, que era onde passava os ônibus. Na época, de madeira, aqueles ônibus. E hoje você procura uma casa pra alugar e você não encontra mais. Pra você ver que é tudo coladinha uma na outra. Antigamente era uma casa aqui e a outra, uns cinco metros pra chegar na outra.

Seu Zeca falava sobre as transformações na região, a qual antes era composta por casas palafitas e que hoje se converteu em uma área valorizada na cidade de Belém. De fato, a urbanização promove a valorização dessas áreas e o consequente aumento do oferecimento de serviços existentes nos centros urbanos. As palavras de Zeca, ao mesmo tempo em que já trazem consigo um relato sobre as transformações da paisagem do bairro, também mostram como a baixada virou centro.

Em outra ocasião em que retornei à área, fui apresentado a seu Evandro, um senhor de 80 anos, natural do município de Barcarena. Ele chegara a Belém há mais de 50 anos, quando veio morar na casa de uma de suas irmãs para estudar e trabalhar na capital. Quando se casou, foi morar na área da São Benedito, que começava a ser ocupada por casas palafitas. As narrativas de seu Evandro contam sobre a época de fundação da comunidade por um grupo de pessoas cuja imagem ressoa na de “heróis míticos” (Eliade, 2000, p. 47) que primeiro chegaram à área e exerceram controle sobre aquelas terras alagadiças. Auxiliado por seu Zeca, seu Evandro contou:

Evandro: É o seguinte: eu moro aqui há 45 anos. Eu fiz a casa aqui número 11. Toda a madeira que eu trouxe eu joguei na água, no igarapé, e fui nadando com ela, levando até subir lá na frente. Eu construí minha casa bem alta, porque a água... A minha casa tinha 1,20, o assoalho, porque a água, ela vinha mais ou menos um metro. Tu ficava com 20 centímetros morando, o resto era tudo água. Bom, mas, antes de eu vir morar aqui, tinha outros moradores, né? Antigos aqui. Inclusive o seu Orlando! Orlando mesmo, o nome dele?

Zeca: Era o seu Fernando.

Evandro: Seu Fernando! O seu Fernando, ele criou a família dele praticamente pescando! Ele ia lá no mar, entrava pelo Igarapé e trazia peixe pra sustentar a família dele aqui. Foi a época que eu cheguei, mas ele já estava.

A estreita relação com a água não se evidencia apenas pela proximidade das casas com o igarapé. Antes da existência de comportas na boca do igarapé do Una, este igarapé comunicava-se livremente com a baía do Guajará, conduzindo as canoas a outras massas de água, que seu Evandro define como “mar” por seu grande volume. Para alguns moradores, o igarapé e o rio eram meios de convivência e recursos, na medida em que deles tiravam seu sustento.

A área da Rua São Benedito foi inteiramente beneficiada pelo Projeto Una. Mesmo após sucessivas intervenções do Estado, a identificação dos moradores com o local ainda passa pelo processo de produção social do meio para moradia. Os gestos de fundação e o processo de preparação do terreno para torná-lo habitável antecede Projeto de Macrodrenagem e se consolida sobre diversas camadas de memória e de trabalho incorporado ao ambiente. É o que fala seu Evandro no trecho de entrevista a seguir:

Evandro: E aqui, essa Passagem Santos tinha um morador aqui, que ele tinha dificuldade pra andar, não tinha uma perna. Aí não podia andar por cima de ponte. Aí construímos uma ponte. Antes nós construímos uma ponte da São Benedito, na Mirandinha pra lá. Aí atingia a minha casa e atingia a casa dele. Mas ele não podia andar por cima de ponte por causa da perna, né? Aí a Celpa¹⁵⁴ tinha um bocado de poste, poste aí de 10 metros, 8 metros, e nós fizemos aí uma barragem aqui, fizemos uma barragem entre o Igarapé e a parte mais fixa, né? Bom, aí continuou. Mas nós achamos muita dificuldade pra andar. Aí foi a ocasião que surgiu o serviço da Macrodrenagem da bacia do Una. Aí foi cavado esse... [...] Esse canalção que hoje em dia chamam de São Joaquim. Ele foi cavado, e os moradores daqui, mais ou menos uns 12 homens, nós se reunimos e fumo aterrar. Aterramos carregando terra da beira do canal que tiraram,

154 Centrais Elétricas do Pará (CELPA) – Empresa pública responsável pelo fornecimento de energia elétrica no estado, hoje privatizada e adquirida pelo Grupo Equatorial Energia.

aquela terra, lama com pau, tudinho. E nós fizemos essa passagem Santos aqui entre Mirandinha e São Benedito. Com isso, já não foi preciso mais ponte, já tinha a passagem aterrada pelos moradores. Foi o Zequinha, o Horácio, Zé Maria, Alfredo e outras pessoas. E nós concluímos.

A narrativa de seu Evandro mostra que a ação dos moradores sobre aquele ambiente resultou em transformações significativas que antecedem e, em alguns casos, até coincidem com as obras do PMU. A respeito do exemplo dado por seu Evandro sobre o aterramento das ruas pelos próprios moradores com a terra extraída da escavação do canal, percebe-se que as intervenções dos residentes sobre a rua ocorreram nas franjas das grandes ingerências do Estado na área. Observa-se que as ações sobre o meio seguem o fluxo das necessidades consideradas elementares, como a locomoção de uma pessoa com deficiência pelo lugar. Também atuam as redes de solidariedade entre vizinhos na forma de mutirão, quando a criatividade do grupo se serve de árvores derrubadas para construir pontes e dos refugos do Estado – os postes da Companhia Elétrica aparentemente abandonados – para fazer uma barragem de contenção das águas do antigo igarapé, de modo a aterrar a Passagem Santos.

A criação das pontes e ruas que remetem à conquista de um território está ligada a eventos cotidianos que fundam estes episódios em torno de uma simbólica mítica e religiosa, como conta seu Evandro: “Então, essa dádiva de São Benedito, o nome de São Benedito, ela foi criada!” A origem desta comunidade – inclusive de seu nome – está consubstanciada a uma espécie de ritual fundador:

Bom, depois surgiu uma festividade aqui, né? Não sei quem foi que criou. Essa festividade era a festividade de São Benedito, né? E havia uma procissão. Essa procissão, ela saía por dentro de canoa e ponte de açazeiro, uma ponte de açazeiro que eles faziam, até mais ou menos uns duzentos metros adentro. Então, passava essa procissão de São Benedito. Vinha, pegava canoa, atravessava esse igarapé e pegava a ponte de açazeiros que eles mesmos faziam. Esse eu assisti!

Bom, aí foi, foi, conclusão: hoje essa procissão ainda passa aí, mas passa como? Não é preciso mais canoa, não é preciso mais ponte, porque fizeram realmente a macrodrenagem; fez praticamente ali-

cerço aqui dentro e construiu uma ponte asfaltada em cima do Igarapé velho dessa parte e tem duzentos metros mais ou menos, né?

A São Benedito e seus narradores trazem à tona a dimensão mítica e mística da ocupação dos territórios urbanos em Belém. O imaginário dos narradores refunda constantemente a comunidade, assim como a procissão de São Benedito, que ocorre ano após ano. Isso chama a atenção para o caráter cíclico do tempo da vida cotidiana que muitas vezes se sobrepõe à linearidade proposta pela lógica da História (Durand, 2008). O tempo do cotidiano, ao contrário, é cíclico como o calendário religioso e revivido constantemente nas narrativas, na memória dos lugares e nas práticas, como a procissão que se renova e se transforma, tal qual a comunidade que lhe dá nome.

Seu Jorge Luís e o Conjunto Santos Dumont

Em uma reunião do Fórum das Municipais das Vítimas de Alagamentos em Belém¹⁵⁵, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2013, chamou-me a atenção o depoimento de seu Jorge Luís: “Eu realmente moro em uma bacia, uma bacia que se enche d’água”, disse ele, dirigindo-se às autoridades presentes. A “bacia” à qual Jorge Luís se referia ironicamente era o Conjunto Santos Dumont, no bairro da Maracangalha, local onde mora há mais de 20 anos.

Quando o entrevistei em sua casa, seu Jorge Luís contou-me que morou até os 7 anos de idade no oeste do Pará, em uma ilha chamada Coaraí. Disse ele que hoje se leva dois dias para chegar de Belém até lá, mas, na época em que veio para Belém com sua família, a viagem durava cerca de 12 dias. Por esta razão, além das dificuldades de comunicação à distância, não manteve muito contato com a família em seu local de origem, tendo retornado à ilha apenas em 1982 e em 1995. Hoje tem 64 anos de idade.

Militante do Partido dos Trabalhadores, seu Jorge Luís participou de movimentos populares de reforma urbana em Belém desde a década

¹⁵⁵ Este fórum foi criado em 2013 por iniciativa de uma vereadora do Partido dos Trabalhadores para troca de informações entre moradores de diferentes áreas afetadas por inundações e alagamentos em Belém. O fórum buscou interlocução com a prefeitura municipal e com órgãos do sistema de justiça, além de organizar ações judiciais individuais de moradores contra a prefeitura por danos morais e materiais em função dos alagamentos.

de 80. Ele também é operário da construção civil e trabalhou como supervisor de obras do Projeto Una. Por esta razão, conhece os solos da região e os canais construídos, lembrando a grande profundidade das estacas fincadas nas áreas de cada canal para dar suporte às obras de engenharia civil do Projeto Una. Foi quando achei oportuno perguntar se havia construído a sua casa da mesma forma, isto é, com estacas para dar sustentação à construção em lama profunda. Seu Jorge Luís, porém, surpreendeu-me com a resposta:

Aqui, não, porque aqui, pra história. Aqui era feito de terra firme a até seis metros de profundidade, até dois! Tem lugar aqui que até dois metros de profundidade é terra firme. Isso aqui era terra firme! Pra elemento histórico, pra quem não conhece a história, toda essa área aqui era terra firme, não tinha lama isso aqui, não! Isso era uma selva. Uma selva mesmo, uma selva bonita! Uma selva que a gente caminhava por aqui quando era garoto. [...] E a gente vinha brincar, vinha aqui pra Marambaia, atravessava a pé pra Marambaia, aquele negócio todo. Onde tá essa Júlio César, nós vimos duas vezes a Júlio César, que era só uma estradazinha, ir pro fundo em época de inverno. Faziam uma ponte aí, vinha o inverno e ia tudo pro fundo.

Então, o que aconteceu aqui nessa área? Essa área aqui era toda em terra firme, toda ela! Aqui nessa selva, aqui tinha muito igarapé e muita árvore frutífera. E pássaro, macaco, jacaré, isso era verdade, cobra. Era uma selva completa! As frutas que mais tinham aqui era açaí, cupuí, ingá xixica, e aquela folha que, antigamente, pra quem não sabe, antigamente o peixe e a carne não eram embrulhados nem com saco plástico nem com papel, era uma folha que eu não me lembro mais o nome dela; tinha um nome aquela folha. Então, aqui tinha muito. A gente vinha pra cá, fazia um rolo e ia vender pros peixeiros, pro pessoal dos açougues aquela folha, que eles embrulhavam as mercadorias com aquela folha.

A descrição de seu Jorge Luís sobre a selva que ele e seus amigos atravessavam imediatamente remete aos escritos de Henry Walter Bates (1944) sobre a bacia do Una. A imagem da selva paradisíaca repleta de frutas e animais – dádivas e perigos – da infância de seu Jorge Luís convergia com o “paraíso dos naturalistas” que Bates havia encontrado no século XIX.

Hoje uma área alagada, o conjunto Santos Dumont já fora uma floresta de terra firme no passado. Por sua vez, as áreas alagadas de antes, hoje, estão situadas em terrenos secos e altos, como a avenida Julho César, que conduz até o aeroporto internacional de Belém. Essa era a história do solo sobre o qual seu Jorge Luís construiu sua casa. O solo e o relevo da cidade não existem enquanto natureza autônoma e independente da ação humana, mas são gerados a partir de um processo de urbanização que implica criação e destruição das paisagens existentes, sobretudo as paisagens hídricas. No trecho de entrevista a seguir, seu Jorge Luís fala sobre a poluição industrial nos igarapés e a criação de áreas consideradas degradadas ambientalmente:

O Almir Gabriel, ao assumir a prefeitura, ele tomou como medida uma proteção à fábrica de papel. Como fazer isso? Qual foi a forma que ele achou conveniente pra fazer isso através das articulações dele? Hoje se diria que a forma correta seria a Facepa construir filtros de defesa dos rios. E ela tem hoje, inclusive, ela hoje tem isso. Mas, naquele momento, não foi essa a ideia. A ideia do governo foi escavar o igarapé, que naquela época não era São Joaquim, era Três Tubos o nome que se dava. Botar o nome de São Joaquim e escavar esse canal até lá no Una pra escoamento dos dejetos da Facepa. E assim foi feito. De que maneira? Quando da escavação do canal pra escoamento a partir do rio dos dejetos da Facepa, os caras, quando escavaram, eles não pegaram o produto da escavação e levaram pra outro lugar. Não, eles só fizeram jogar para as margens do canal. Eles abriram o canal e jogaram a terra, os pedaços de pau, tudo que eles iam tirando, pras margens do canal, tanto pro lado da Sacramenta, quanto pro lado daqui.

E assim foi feito até lá no Una. E assim se criou uma barreira. Nas margens dos canais, que geralmente a gente chama de beirão, aqui na comunidade, “o beirão do canal”, mas tecnicamente se chama de margem do canal, se criou aquele beirão assim, na margem do canal. E, automaticamente, iniciou o processo da construção da cuia de vários setores como o da Sacramenta entre a Pedro Álvares Cabral, que já era alta, e aqui o canal, como a passagem Bandeirantes, passagem Santo Antônio, que foram todas pro fundo. Literalmente, virou um rio. Um rio, não, uma lagoa. Teve que ser feito estiva. A mesma coisa foi aqui. Como aqui era só mato, não tinha casas ainda, certo? No

primeiro inverno que veio, virou um rio. Só que a água, a água tomou conta de todo o setor. O rio tava lá, escoava, sim. Mas ficava água presa, água retida aqui nessa área. Como não tinha ninguém morando, não se fez estiva como se fez do canal lá pra Pedro Álvares Cabral.

Seu Jorge Luís narra o processo de surgimento do que os especialistas chamam de bolsões de alagamento (Fernandes Júnior, 1989). Estes bolsões – ou cuias – correspondem a terrenos situados fora da influência direta das marés, mas que se encontram constantemente alagados em virtude da elevação de áreas ao seu redor e da dificuldade de escoamento de suas águas. A criação de “cuias” no interior de quadras e em terrenos inteiros nas baixadas é um dos muitos impactos do processo de urbanização de Belém. Trata-se de políticas públicas responsáveis por produzir mais desigualdades urbanas, na medida em que a elevação de vias e terrenos sem o planejamento adequado altera a dinâmica do escoamento das águas pluviais e servidas, criando alagados permanentes. Além disso, essas políticas acabam tendo como impacto a criação de configurações urbanas em que as fronteiras entre a cidade legal e a cidade ilegal estão embaçadas. Seu Jorge Luís fala sobre essas questões quando prossegue sua narrativa:

O tempo veio, e as árvores, devido a esse sistema e essa água que, quando o inverno vinha, transbordava pra cá, a mata que havia aqui foi toda apodrecendo. Foram caindo, as árvores foram secando. E, automaticamente, os animais foram desaparecendo todos, a maioria. Só ficaram o jacaré. O jacaré sobrevive em qualquer sistema. A sucuri, aquele negócio todo. Mas a maioria das aves e dos outros animais foram desaparecendo. As árvores, acabou literalmente. Ficou só os troncos. Açaizeiro ficou só os troncos, e por aí afora.

Qual foi a atitude da população? Em vez de cobrar do governo uma atitude sensata, buscar uma outra forma, foi invadir a área! Essa foi a forma que a população achou. O que foi feito na ocupação? Se pegou e derrubou todas as árvores grandes, gigantes que tinham aqui. Uns pra fazer da madeira, muitas vezes, esteio da casa. Outras vezes, era pra fazer esteiamento das pontes que fizeram, das estivas que foram construídas. E essas estivas eram todas feitas com peças de açaizeiro. Tavam secos. Chegava, cortava o açaizeiro

e se fez grandes estivas, todas com tronco de açazeiro. E assim foi nascendo essa população aqui, que logo de imediato veio pra cá com 400 famílias. Ou 400 pessoas. Parece que foi 400 pessoas. Não foi família, não, que muitas vieram pra cá sem família. Foram 400 pessoas que assumiram, fizeram as divisões territoriais aqui. Fizeram as pontes, as estivas do jeito que dava na cabeça mesmo, e aí começou a briga por infraestrutura a partir daí.

A narrativa de seu Jorge prosseguiu, falando sobre como a área alagada foi posteriormente aterrada com lixo, inclusive lixo hospitalar. As mudanças na região continuaram a acontecer em virtude da ocupação da área. Porém, este processo não resultou necessariamente na urbanização do Conjunto Santos Dumont:

Com o tempo, muita coisa foi modificando, umas pra melhor, outras pra pior. Também eu não tenho uma definição. Por quê? Porque, a partir de certos aterramentos nas ruas e algumas estivas saindo, foi-se descobrindo a necessidade de que se construísse fossas, porque não tinha mais pra onde os dejetos escoarem. Aí começou a serem construídas as fossas a céu aberto. Onde, até hoje, onde se constrói uma fossa séptica de qualquer forma, ela vai pro meio da rua, pros tais de buracos e valas a céu aberto. De qualquer maneira. Automaticamente, não deixa de ser uma fossa, apesar de ser séptica, não deixa de ser a céu aberto. Veio as questões eleitorais, e todo tempo que tinha uma eleição, aparecia aquele monte de carrada de aterro aí. Aterro pra cá, aterro pra lá, aterro pra ali. Veio o Projeto Una, o Projeto Una tem vários problemas de inclusão e não inclusão. Por quê? Porque várias situações causaram a não execução dessa área. Primeiro, a questão política. As pessoas que ocuparam essa área, a maioria delas, não são de Belém. É discriminação mesmo; foi discriminação mesmo. E a maioria não votava. A maioria talvez vote, mas uma boa parte ainda não vota em Belém.

A construção da casa de seu Jorge Luís passa pela trajetória do lugar que, tendo sido uma floresta de terra firme, foi convertido em um alagado para, posteriormente, ser aterrado. Trata-se, portanto, de impactos ambientais da urbanização de Belém, que têm como um de seus efeitos a criação de novas áreas de assentamentos precários. Este processo é narrado por seu Jorge Luís como um mito de origem da comunidade em que

vive. Um mito, porém, não como concepção fantasiosa, mas no sentido de que a narrativa é contada a partir de significados mobilizados para dar entendimento às questões que são relevantes para Jorge Luís e seus vizinhos nos dias de hoje: os alagamentos e a ausência de saneamento.

Também é um mito, porque seus significados excedem o episódio narrado, apontando para estruturas do imaginário (Durand, 1996) que permitem refletir sobre como as experiências humanas no mundo físico e cultural são mediadas por imagens e símbolos. O mito da ruína reinterpretado no processo de degradação ambiental do canal São Joaquim e da floresta da infância de Jorge Luís aparece como base de um momento histórico e sociocultural no qual a cidade oferece a natureza de seus rios e florestas remanescentes como sacrifícios diante do altar do progresso.

Antônio Carlos e o Canal Antônia Nunes

Conheci Antônio Carlos em uma das muitas reuniões, audiências públicas ou fóruns de discussão sobre alagamentos em Belém, nos quais realizei observação participante durante a pesquisa etnográfica. Antônio Carlos é morador do bairro do Umarizal, na rua João Balbi próximo à passagem Professora Antônia Nunes, a qual margeia o canal de mesmo nome. O canal Antônia Nunes ocupa três quadras na convergência entre os bairros de Nazaré, São Brás, Umarizal e Matinha, uma área bastante valorizada do ponto de vista do capital imobiliário. O bairro do Umarizal, por exemplo, é hoje um dos mais caros e verticalizados de Belém. Antes conhecida como “baixa da São Jerônimo”, a vizinhança de Antônio Carlos era um alagadiço por onde corriam alguns cursos d’água em direção ao canal do Galo. Hoje a área faz parte do centro da cidade, embora muitos moradores antigos ainda permaneçam no local. Este é o caso de Antônio Carlos, que nasceu na João Balbi e hoje mora no mesmo lugar com a família que constituiu e uma tia idosa, da qual é curador.

A área, no entanto, passa por problemas de inundação por transbordamento do canal Antônia Nunes. Antônio Carlos explica:

O nosso problema é aqui na Rua João Balbi, entre travessa Nove de Janeiro e passagem Antônia Nunes. Vem desde a fase de execução do Projeto Una. A chuva que deu impacto maior,

que foi um metro de água dentro de casa, foi dia 24 de abril de 2005. Infelizmente, não tenho registro fotográfico dela. Eu perdi várias coisas aqui em casa. Perdi livro, perdi documentos importantes. E quando foi no ano seguinte, 2006, mais uma vez, foi no dia 20 de abril de 2006. Tem uma filmagem da TV Cultura que tá inclusive no *youtube*¹⁵⁶, que entrou mais uma vez água dentro de casa. Em 2007 continuou. Em 2008, meu vizinho começou a fotografar a situação aqui na João Balbi. Quando foi em 2008, foi ajuizada a Ação Civil Pública pelo Ministério Público. Quando foi em 2009, nós estivemos mais uma vez no Ministério Público com o Dr. Benedito Wilson Sá, que ele chamou a prefeitura. E a prefeitura falou que só tinha problema na vila Freitas e na vila Maria de Fátima¹⁵⁷, no bairro da Pedreira. E, com isso, eu me senti na obrigação de filmar, a partir daí, a situação que nós vivenciamos desde a execução do projeto, com a inundações aqui na João Balbi e na passagem Antônia Nunes.

A trajetória de Antônio Carlos com relação a essas inundações passa por diversas perdas e pela repetição do problema durante anos. No entanto, ele também dá início à mobilização de seus vizinhos, ao domínio de ferramentas como o *Youtube* e outras redes sociais para expressar-se sobre o problema, culminando na judicialização da questão, quando denúncias sobre alagamentos na bacia do Una dão origem a uma Ação Civil Pública Ambiental. Para conferir substância às suas denúncias, ele também assume a responsabilidade de registrar as suas condições de vida durante as inundações.

156 O vídeo citado está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=JZ4FQ9DjLsM>

157 Vila Freitas e vila Maria de Fátima são dois logradouros onde residem moradores que, assim como Antônio Carlos, efetuaram denúncias ao Ministério Público Estadual.



Figura 4. Efeito do transbordamento do canal Antônia Nunes (Acervo pessoal de Antônio Carlos e da FMPBU).

Antônio Carlos explica que, diferentemente dos outros canais da bacia do Una, que foram urbanizados apenas a partir da década de 90 com o projeto de macrodrenagem, o canal Antônia Nunes recebeu obras ainda na década de 70. A precocidade das obras de drenagem nestes lugares mostra a importância estratégica da urbanização desta região da cidade para o crescimento urbano e a expansão das áreas centrais nos anos 1970. Para Antônio Carlos, o bairro mudou radicalmente desde a década de 70, enquanto o canal continuou o mesmo. A intensa verticalização na região e o consequente crescimento populacional nos bairros

adjacentes aumentaram a demanda de água e esgoto para o pequeno canal. Ponto mais baixo entre terrenos altos, a passagem Antônia Nunes continuou atraindo o escoamento cada vez maior das águas de todos os quarteirões ao redor. O resultado desta dinâmica são as constantes inundações que atingem a área ano após ano.

Antônio Carlos defende que, por fazer parte do sistema de drenagem da bacia do Una, o canal Antônia Nunes deveria ter recebido obras do Projeto Una, de modo a evitar a piora nas condições de vida de seus moradores. Ao invés disso, o canal permaneceu subdimensionado. A rua não recebeu pavimentação nem obras de drenagem superficial. Também constatei em muitas de minhas visitas à área que uma boa parte das casas não está ligada à rede de esgotamento sanitário, despejando seus dejetos diretamente no canal. Além disso, o canal está com capacidade de armazenamento de água reduzida, pois não recebe manutenção, como relata Antônio Carlos:

Qualquer chuva que dá hoje transborda, porque, ao invés da prefeitura de Belém ter um controle com o lixo que é jogado na José Malcher, e também com o assoreamento do canal, muitas vezes eles vêm aqui fazer obras paliativas [...] E, muitas vezes, é só pra dizer pra população que a prefeitura tá fazendo manutenção, a dragagem do canal, quando, na verdade, não tá fazendo nada. Até porque, em toda a extensão do canal, o canal tá comprometido, o canal Antônia Nunes.

Juntamente com outros moradores da bacia do Una atingidos por inundações, Antônio Carlos vem movendo uma Ação Civil Pública Ambiental contra o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e a Cosanpa pela obrigação de fazer a manutenção no conjunto de obras do Projeto Una e pela realização de obras que ficaram pendentes após o encerramento do projeto. Esse processo, originado a partir de denúncias ao Ministério Público Estadual (Pará, 2008), tramita desde 2008, sem resultados conclusivos. Alguns moradores, organizados a partir dessa Ação Civil Pública e com intuito de fazer pressão sobre os poderes Executivo e Judiciário, formaram, em 2011, a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU). Identificada como um movimento social urbano pelo direito à cidade (Harvey, 2012), a FMPBU possui

perfis nas redes sociais (*facebook* e *instagram*), além de um *blog*¹⁵⁸ no qual são registradas as atividades do movimento e onde são realizadas denúncias de inundações e de falta de manutenção dos canais. O *blog* também funciona como um repositório do amplo acervo de imagens, textos e documentos produzidos por moradores da bacia do Una, constituindo-se como parte do patrimônio etnológico da relação entre a cidade e suas águas.

Antônio Carlos possui um grande talento para redigir abaixo-assinados, petições e encaminhamentos, assim como para pesquisar, armazenar e catalogar matérias de jornal e documentos diversos sobre a questão da bacia do Una. Certamente o bom trato com documentos é uma característica da profissão de bibliotecário, a qual Antônio Carlos exerceu durante muitos anos. Por muitas vezes, a casa de Antônio Carlos serviu como ponto de encontro entre ele, o pesquisador e outros moradores. Nestas ocasiões, redigíamos documentos juntos, trocávamos material sobre a bacia do Una e discutíamos sobre nossas impressões a respeito do que havíamos ouvido em reuniões ou audiências públicas. Nessas oportunidades, Antônio Carlos também refletia sobre o futuro. Certa vez, durante uma entrevista, ele pôde se expressar sobre o significado de sua permanência no local de moradia e sobre a duração de sua experiência em conflito com a finitude do ser:

Eu já moro aqui há 53 anos e não tem perspectiva de melhora. Querem que a gente saia daqui pra outro local. Pra vender pra uma imobiliária dessas a preço de banana. Mas só que eu penso assim: enquanto deus me der força e enquanto deus me der vida, enquanto eu viver... Assim como eu nasci aqui, eu vou morrer aqui. A minha mãe morreu aqui, na João Balbi, a minha avó morreu aqui, na João Balbi, o meu avô também morreu aqui. Então aqui a minha tia tem o mesmo pensamento: morrer aqui, na João Balbi.

158 Disponível em: <http://frenteaciadouna.blogspot.com/> .

Considerações finais

Este capítulo apresentou um quadro parcial e situado das experiências e vicissitudes das relações com o saneamento e com a água em Belém, principalmente na bacia do Una. Situadas, enquanto processo de longa duração, essas experiências compõem uma memória ambiental das águas urbanas na bacia do Una, que se expressou em imagens de acervo, nos relatos de viajantes e em outras fontes documentais. Essa memória também é potencializada nas narrativas dos moradores da bacia do Una e, em alguns casos, na produção de imagens, *blogs* e redes sociais que falem sobre a sua trajetória, sua relação com o lugar e sobre suas condições de vida.

A problemática da relação entre Belém e suas águas ainda não foi esgotada. Em março de 2020, em meio à pandemia global do COVID-19, a prefeitura municipal e o governo do estado decretaram estado de emergência, em virtude da dimensão das inundações urbanas em Belém. Moradores da bacia do Una e de outras áreas de Belém continuaram a sofrer com a falta de abastecimento de água e com inundações por transbordamento de canais que recebem esgotamento sanitário e esgotamento hospitalar. A pandemia exacerbou ainda mais a distribuição desigual dos riscos e dos impactos ambientais da urbanização em Belém.

A experiência observada na bacia do Una vem sendo replicada em outras bacias hidrográficas da cidade como na bacia do Tucunduba e na bacia da Estrada Nova. Nestes casos, a produção de socionaturezas continua sendo mediada por políticas públicas responsáveis pela reprodução de desigualdades e pela marginalização de territórios e suas populações. A memória ambiental ajuda a situar os limites e as possibilidades na implementação de políticas públicas como parte de um processo de longa duração de embate e assimilação entre a cidade e suas águas. Ao mesmo tempo, as vivências dos habitantes da cidade em meio a esses processos chamam a atenção para os gestos cotidianos de criação e recriação da cidade, o que pode acontecer por meio da ocupação e domesticação do solo, das estratégias para viver em meio à água, ou mesmo quando grupos e indivíduos interferem em processos políticos e jurídicos para negociar a produção do espaço urbano.

Referências

- ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e pra quem?* Belém: UFPA/ NAEA, 2018.
- BATES, H. W. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Brasiliana, 1944.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. *Canal São Joaquim recebe ações de limpeza da PMB*. 2013. Disponível em: <ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=15350>. Acesso em: 7 fev. 2014.
- DESCOLA, P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2003.
- DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 22, p. 51-64, jul.-dez. 2010.
- DEVOS, R. A memória ambiental de cronistas e “memorialistas”. *Museion*. Canoas, v. 2, n. 3, p. 64-90, 2008.
- _____. *A Questão Ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arque-tipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- _____. *Ciência do homem e tradição: o novo espírito antropológico*. São Paulo: Triom, 2008.
- ELIADE, M. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- FEITOSA, D. *Macro drenagem e água potável em Belém do Pará*. Documentário histórico. Belém: COSANPA: Multsoft, 1994.
- FERNANDES JÚNIOR, D. *Recuperação de áreas urbanas: o problema das baixadas de Belém*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, 2012.

HEYNEN, N. Urban Political Ecology I: the urban century. *Progress in Human Geography*, v. 38, n.4, p.1-7, 2013.

INFORMATIVO do Governo do Estado do Pará 1995-1998. 3 Dez. 1999, p. 36.

KAIKA, M. *City of flows: Water, modernity, and the city*. New York: Routledge, 2005.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.12, n.25, p. 31-64, jan.-jun. 2006.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra 2 – memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70, 1987.

MEIRA FILHO, A. *Contribuição à História de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

PARÁ. Companhia de Saneamento do Pará. *Informações gerais sobre o Projeto Una*. Belém, 2006.

_____. Ministério Público Estadual. *Processo nº 0014371-32.2008.814.0301*. Petição Inicial. Belém, 2008.

PENTEADO, A. R. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. 2º Volume. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

ROBBINS, P. *Political Ecology: a critical introduction*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2015.

ROCHA, A. L. C. As Figurações de Lendas e Mitos Históricos na Construção da Cidade Tropical. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9177>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SOARES, P. P. M. A. *Memória ambiental na Bacia do Una. Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, H. (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.99-120.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. *Produção do solo e uso do espaço urbano em Belém*. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

VALLE, A. S.; OLIVEIRA, J. A. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés. In: OLIVEIRA J. A. et. al. (Org.). *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003, p. 151-84.

VASQUEZ, P. *Mestres da fotografia no Brasil*. Coleção Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.